

ATA Nº 7

2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2018

28 DE DEZEMBRO DE 2018

----- Aos vinte e oito dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezoto, pelas dez horas, no Auditório da Casa das Tias de Nemésio, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na segunda sessão extraordinária do ano de dois mil e dezoto. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

----- Fábio Manuel Ávila Valadão – PS em substituição de Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Luís Miguel Vieira Leal – PS, Maria de Fátima Pimentel Alves Homem – PS, Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Elmano Manuel Vieira Nunes - PS, Valter Manuel Linhares Peres – PS, José Adriano Meneses Laranjo – PS, Francisco Alberto de Lima Ourique – PS em substituição de Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Hélder Francisco da Silva Pereira - PS em substituição de José Manuel de Aguiar Paim – PS, Francisco António Simões Rocha - PS em substituição de Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Manuel Hildeberto Diniz Pires – PS, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses – PSD, Bruno César Félix Nogueira – PSD, Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Francisco Leonel Mendes Simões Ávila – PSD, Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Sandra Isabel Ávila Galvão – PSD, Paulo Rui Mendes Homem - PSD em substituição de Nuno Graciliano de Almeida Cabral – PSD, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PSD em substituição de Joana Filipa Morais Ribeiro – PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP, Hélio Adriano de Melo Rocha – Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Dutra Vieira – Junta de Freguesia dos Biscoitos, Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Júlia Martinha Martins Borges Faria - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, César Leandro da Costa Toste – Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Maura Filipa Pereira Branco – Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges – Junta de Freguesia de Santa Cruz, Nuno Miguel Aguiar Meneses – Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. ----- .

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Nuno Graciliano de Almeida Cabral – PSD, Joana Filipa Morais Ribeiro – PSD e Paulo Rui Pacheco de Sousa – Junta de Freguesia das Fontinhas. -----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove,

de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Nuno Graciliano de Almeida Cabral – PSD, Joana Filipa Morais Ribeiro – PSD, Paulo Rui Pacheco de Sousa – Junta de Freguesia das Fontinhas, Eduarda Maria Bettencourt Pires – PS e Daniela Filipa Arruda Medeiros - PS. -----

----- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, os seguintes membros:-----

----- Para além do Sr. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Carlos Armando Ormonde da Costa, Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Rui Fernandes Nobre de Castro, Maria Nélia Brito Nunes, Rui Miguel Mendes Espínola e Cláudia Fagundes Martins. -----

----- Participaram a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal: -----

----- Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos e Raquel Lemos Borges. -----

----- O **1.º Secretário**, em conformidade com o regimento, informou que pelo facto de faltar o Sr. Presidente da Assembleia, este era substituído pelo 1.º secretário e este pelo 2.º secretário, que por sua vez também estava ausente, deveriam ser eleitos dois membros da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. Questionados os Membros da Assembleia, para propostas de candidatura ao lugar de 1.º e 2.º Secretários, o Grupo do Partido Socialista propôs os nomes de Eulália Ferreira Toste Leal e Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS e não havendo mais propostas procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada vinte e oito boletins de voto na urna, tantos quantos os membros presentes na Assembleia no momento da eleição e com o seguinte resultado: vinte votos a favor e oito votos em branco, tendo pois, os referidos membros sido eleitos, tomando desde logo os seus lugares na Mesa. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas dez horas e dez minutos iniciou-se o período da ordem do dia.-----

----- **1. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL SOBRE O DIREITO DE SUPERFÍCIE - ACADEMIA DE JUVENTUDE.**-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** solicitou autorização para apresentar os pontos um a quatro em simultâneo, o qual foi autorizado.-----

----- **O Deputado Clélio Meneses** iniciou a sua intervenção dizendo que a ligeireza com que havia sido apresentado aquele ponto e a forma apresada, parecia que estavam a falar de uma coisa normal, que estava tudo bem e, aparentemente, para quem ouvia, não acompanhava aquelas questões e não tinha estudado aquele assunto, parecia, de facto, tudo normal e se aquilo podia ser uma forma de retirar alguma carga de preocupação, a ele preocupava-o. Continuou a sua intervenção dizendo que estavam a fechar um ciclo de um tipo de gestão política dos últimos dez anos no município da Praia da Vitória, em que, conforme sempre haviam dito, era uma forma ilegal de assumir responsabilidades políticas, isto é, passar responsabilidades públicas, património público, dinheiros públicos e funcionários públicos para entidades privadas com o objetivo de fugir ao controlo público, às regras públicas e às imposições de financiamento público. Relembrou que, já tinham chamado a atenção para aquilo tudo e que, naquele momento, o que a Câmara estava a fazer era a cumprir com o que o Tribunal de Contas havia mandado, ou seja, passar para o perímetro público, aquilo que era público. Explicou que, o que se havia passado era que, há dez anos a Câmara havia passado, por trinta anos, o direito de superfície para a Sociedade de Desenvolvimento e depois para a ASTP, isto é, a Câmara tinha cedido património público para entidades privadas, sendo que, há um ano tinham estado ali reunidos para aumentar o período de trinta anos para mais vinte, passando para cinquenta anos, tudo gratuito e, passado um ano, voltava tudo para trás, para o perímetro do município, como o PSD sempre havia dito. Posto isso, disse que era óbvio que iam votar a favor do primeiro ponto, uma vez que este ia ao encontro daquilo que o PSD sempre havia dito e solidarizava-se com a atual gestão camarária, com o Sr. Presidente por ter que assumir dívida feita pelo executivo anterior, pela gestão anterior, com base naquele esquema, naquela engenharia financeira e jurídica que tinha desaparecido. Referiu que, ironicamente, a solução para tudo aquilo que tinha sido criado era recorrer à única entidade criada pela gestão do PSD, isto é, a Cooperativa Praia Cultural, por isso votavam a favor daquela internalização, em termos jurídicos, do património que era correspondente à Academia da Juventude e que correspondia ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. Disse que, felizmente o caminho começava a endireitar, mas, infelizmente porque o Tribunal de Contas havia mandado, e não porque o PSD tinha dito, há dez anos e há um ano, mas o que era certo era que o tinham feito. Repetiu que estavam a favor da internalização, porque ia de encontro às posições do PSD, mas era óbvio que relativamente à forma como isso estava a ser feito, deixava-lhes algumas reservas, tendo em conta a forma como se havia chegado ao valor de quase cinco milhões de euros, sendo que, era curioso que o município da Praia da Vitória tinha cedido, gratuitamente o direito de superfície de um prédio e, naquele momento, através de uma das suas entidades, isto é, da Praia Cultural, ia pagar o referido valor. Informou que, em consciência, não podia votar a favor do

município que representava, tal como todos os presentes, que ficasse com uma dívida aproximada de cinco milhões de euros, sem se saber como se havia chegado ao mesmo. Posto isso, questionou como se havia chegado àquele valor, o porquê de ser aquele banco, se tinham sido consultados outros bancos e o porquê daquele *spread*, muito acima dos valores do mercado. Concluiu informando que, votariam a favor do primeiro ponto, como já referido, em relação ao segundo ponto, disse que tinham as reservas acima descritas, sendo que em relação aos outros pontos haveriam de colocar outras questões, que iriam decidir sobre o sentido de voto do PSD.

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que, a posição da bancada do PS, relativamente aos quatro pontos em análise, era de que, os imóveis para o eleitor comum que passavam junto deles todos os dias e as valências que vinham tendo, eram efetivamente públicos e os serviços que estavam lá eram públicos e o eleitor médio, olhava-os já como se fosse público, pelo que a inserção desses na esfera patrimonial do município, para o PS, fazia todo o sentido, para reforçar aqueles que eram os ativos do município e, sobretudo, para que as pessoas tivessem noção de que todas aquelas valências, de facto, eram públicas. Relativamente ao passado, àquilo que eram opções de gestão política e àqueles que eram os imóveis, disse que a eles cabia olhar para o presente e para o futuro, pelo que lhes parecia que aquela era uma decisão adequada, prudente e que tinha o apoio da bancada do PS.

----- **O Deputado Pedro Pinto** iniciou a sua intervenção dizendo que tinha consultado a documentação enviada para a decorrente sessão e muitas dúvidas tinhas sobre alguns dos pontos, mas achava que o espírito Natalício fizesse fluir os trabalhos do modo que achava que deveria ser. Acrescentou que, como havia dito o Deputado do PSD, estavam a corrigir uma asneira feita há dez anos e que reconhecia no atual executivo camarário, na pessoa do Sr. Presidente, um esforço para redirecionar a gestão autárquica, naquilo que era o bom senso e para acabar com artimanhas e artifícios jurídico-financeiros, pelo que, efetivamente o eleitor médio reconhecia os edifícios que prestavam serviço público e onde estavam serviços públicos sediados, mas não era disso que se estava a falar. Esclareceu que, estavam a falar de uma artimanha jurídico-financeiros, feita há dez anos, e que por força do Tribunal de Contas tinha que ser revertida, pelo que esperava que não viessem com hipocrisias para aquela sessão e que os trabalhos pudessem fluir normalmente. De seguida, relembrou que havia um processo em tribunal, entre os elementos do CDS-PP e a Câmara Municipal, precisamente por conta da Assembleia Municipal que tinha criado a Praia Ambiente e a Praia em Movimento, já tinha havido uma sentença em primeira instância, em que o município, legitimamente, tinha recorrido e, naquele momento continuavam a aguardar que o Tribunal da Relação tomasse uma decisão, mas efetivamente a primeira sentença era favorável à posição do CDS-PP, pelo que, para este, era óbvio que aquelas empresas eram ilegais e tudo o que tinha decorrido do seu funcionamento era como se não existisse. Posto isso, disse que, se no ponto quatro a documentação tinha a proposta do banco, no ponto dois não havia aquela informação e se o PSD tinha invocado alguns valores, também gostava de saber como é que o PSD os sabia, pois ele não tinha conhecimento dos mesmos e referiu que considerava muito estranho que viesse um

pedido de autorização à Assembleia, para a contração de um empréstimo de quatro vírgula oito milhões, sem que fosse demonstrado quais as suas condições, pelo que aguardava ser esclarecido sobre os valores e causa. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção esclarecendo que não estavam à pressa, nem com qualquer questão de hipocrisia. De seguida, respondeu à questão colocada pelo Deputado Pedro Pinto dizendo que, era meramente uma questão de documentação, ou seja, enquanto a da Praia Ambiente tinha sido anexa à ficha técnica, na da Cooperativa estava no ofício remetido pelo presidente da direção, Carlos Armando Costa, à sua pessoa, onde constava todas as condições relativas ao banco. Posto isso, informou que o valor era de quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco, com um financiamento com prazo de duzentos e quarenta meses, com juros calculados à taxa anual, correspondente ao *Euribor* a doze meses, acrescida de um *Spread* de três ponto trinta e cinco pontos percentuais, isento de comissões e sujeito à condição de constituição de uma hipoteca genérica sobre o imóvel. Referiu que, aquela não era a ficha técnica do banco, estava replicado no ofício referido, pelo que agradecia que o Sr. Deputado confirmasse se tinha, ou não, a documentação em causa, sendo que achava que deveria ter, mas poderia ter havido algum lapso de entrega da mesma. Relativamente à questão da Praia Ambiente, disse que o CDS-PP sempre tinha sido coerente com aquela matéria, por isso a sua posição era conhecida desde o início, mesmo mudando os deputados na Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente ao Deputado Clélio Meneses, disse que, do longo discurso que tinha efetuado não podia reescrever a história e que podia até admitir que o Deputado poderia ter tido sempre razão, mas que este não podia dizer que o PSD tinha tido sempre aquela posição, pois não se podiam esquecer de um conjunto de deliberações sobre o assunto em causa. Acrescentou que, do conjunto de Partidos, à exceção do CDS-PP que sempre tinha tido a mesma posição, ninguém tinha votado contra a alienação e em reunião de Câmara Municipal até tinham votado em unanimidade. Quanto à Cooperativa Praia Cultural, disse que esta vinha a desenvolver muito o seu objeto e a sua atuação, ao longo dos últimos anos, tendo crescido ao longo destes e tendo assumido muito mais competências e muitas mais ia assumir naquele momento, mas não era só esta que fazia parte da solução e relembrhou que o ponto três e quatro eram relativos à Praia Ambiente. Disse que, era verdade que a maior fatia ficava na Cooperativa Praia Cultural, mas isso era por uma questão lógica porque se a Academia da Juventude estava ligada fisicamente à Cooperativa, fazia sentido ser esta, que tinha também o Auditório do Ramo Grande, a gerir a Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira. Informou que, não estavam ali a obedecer a nenhuma obrigação do Tribunal de Contas e que a partir do momento em que a Assembleia Municipal deliberou a alienação, não havia nenhuma obrigação jurídica relativa àquele património. Esclareceu que, o que estavam a decidir era a alienação, porque o entendiam, sendo que até poderiam entender exatamente o contrário e o que o Tribunal de Contas fazia era indicar um caminho e emitir o seu parecer e a Assembleia Municipal decidia se sim ou não. Relativamente ao porquê do valor e das condições, disse que se referia ao valor da Academia da Juventude e, porque estavam a falar de uma empresa privada, para se

comprar era preciso que esta entendesse vender, sendo que, a partir do momento que a Banca se disponibilizava e apresentava propostas, estavam a dar um voto de confiança à mesma. Relativamente à Praia Ambiente, informou que era com o Novo Banco dos Açores, a autorização era para dois milhões e quinhentos mil euros, mas acreditava que seria menos, fruto da negociação que ainda não estava terminada, o prazo era de duzentos e quarenta meses, a uma taxa de *Euribor* a doze meses, mais um *Spread* de três ponto vinte e cinco, com uma comissão de gestão de zero ponto vinte e cinco e com uma hipoteca genérica dos três imóveis. Disse que, no conjunto das operações, estavam a falar de prédios que estavam dentro dos valores falados aquando da alienação deliberada por aquela Assembleia Municipal, ou seja, não eram novidade para o referido órgão.

----- **O Deputado Bruno Nogueira** iniciou a sua intervenção dizendo que tinha ficado bastante feliz aquando da tomada de conhecimento da agenda, porque fazia todo sentido passar para a esfera do município todos aqueles imóveis, no entanto tinha ficado um pouco triste quando tinha visto o que estava a ser posto em cima da Mesa, isto é, que traziam o multiserviços do Cabo da Praia e da Vila Nova e o edifício onde estavam os serviços das obras da Praia Ambiente, freguesia de Santa Cruz, o que era muito bom, mas questionava sobre todos os outros edifícios que tinham serviços públicos, que qualquer eleitor percebia que era a Câmara que os utilizava e que providenciava serviços, o que ia acontecer com estes e quando iam ser, também, integrados na esfera pública. De seguida, questionou sobre um contrato de arrendamento entre a ASTP e a Praia em Movimento, para utilização do multiserviços da Vila Nova, do Cabo da Praia, etc., ou seja, disse que o multiserviços da Vila Nova tinha sido construído por cerca de setecentos e oitenta mil euros, o do Cabo da Praia por trezentos e oitenta, pelo que estavam a falar de um ponto um milhões de euros e tinha ficado feliz quando o Sr. Presidente tinha dito que talvez não atingissem os dois ponto seis milhões de empréstimo, mas, mesmo assim, ficava preocupado que a avaliação do edifício que ficava no centro da Praça, fosse entre um milhão e um milhão e meio, consoante o valor final. Posto isso, questionou como tinham chegado ao referido valor e, uma vez que a contrair novos empréstimos estavam a aumentar a dívida, qual era esse aumento, em que valores passavam a estar, qual o limite de endividamento que estava previsto por lei e se já o haviam atingido, ou não.

----- **O Deputado Paulo Luís** relembrou que o Sr. Presidente tinha dito que a renda da Academia deixava de existir e questionou qual era o seu valor; que a renda dos três edifícios que passavam para a Praia Ambiente e que a Câmara Municipal passava para a esta o seu valor, qual era esse valor. Referiu que, era importante precisar valores e questionou sobre o que se havia passado, de outubro até ali, para de repente terem que integrar aquele património, de repente terem que fazer um empréstimo de quatro milhões e novecentos mil euros para a Praia Cultural, de repente dois milhões e meio para a Praia Ambiente, sendo que há dois meses tinham sido aprovados orçamentos para todas aquelas instituições. Concluiu dizendo não perceber o porquê dos edifícios em causa não passarem para a Câmara Municipal, uma vez que esta é que ia pagar.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção dizendo que, relativamente aos outros edifícios, pretendiam desenvolver o mesmo trabalho, mas havia questões relacionadas com a sua legalização, do ponto de vista do que estava construído relativamente à sua documentação, que urgia resolver e se não estavam ali era porque não era possível serem transacionados naquele momento. Relativamente à contratação e à Banca, disse que era uma negociação direta, pelos valores que estavam em causa e informou que tinham as propostas apresentadas e estavam para deliberação, bastante claras, as condições para aquele tipo de operação. Acrescentou que, estavam a falar de um trabalho que não tinha sido feito de repente, pois tinha ocupado longas semanas de trabalho de todo o executivo municipal junto das entidades bancárias e referiu que, de repente o que vinha acontecendo era o surgimento de soluções. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que não estava a reescrever a história, apenas tinha dito que, há dez anos, em representação do PSD, tinha-se manifestado contra tudo aquilo, bem como há um ano a primeira posição que o grupo municipal do PSD tinha tomado, tinha sido a de entregar um requerimento, relativo à ASTP, e em todas as sessões da Assembleia, em que aquela situação se havia colocado, tinham manifestado, sempre, a sua frontal discordância sobre tudo aquilo, pelo que, por tudo isso, não estava a reescrever a história, mas apenas a referir o que já havia sido referido. Continuou dizendo que, ainda não tinha percebido o facto de, há um ano, terem estado naquela Assembleia a passar para cinquenta anos e, de repente, já não ser por esse período e voltar tudo para trás. Relembrou que, o Sr. Presidente tinha dito que não havia nenhuma recomendação do Tribunal de Contas para que se procedesse daquela forma e leu, na página cinquenta e seis do Relatório do mesmo, a passagem sobre as recomendações, para que se confirmasse que aquela era sim uma recomendação feita. De seguida, relembrou que na página cinquenta e sete, do referido Relatório, estava expresso que o Tribunal de Contas tinha decidido que até trinta e um de outubro de dois mil e dezoito o Presidente da Câmara tinha que o informar sobre as medidas tomadas em acatamento das recomendações formuladas, isto é, além da recomendação para se fazer o que se estava a fazer, o Tribunal de Contas também havia pedido contas disso. Acrescentou que, relativamente a todos aqueles factos e recomendações, que tinham levado àquela decisão, o Tribunal de Contas tinha deliberado os responsáveis, isto é, na página noventa e oito do mesmo Relatório, vinha expresso os responsáveis pelos atos praticados. Posto isso, questionou o Sr. Presidente da Câmara se este havia respondido, ao Tribunal de Contas, até ao dia trinta e um de outubro de dois mil e dezoito e, se sim, qual o teor dessa resposta. Como nota final, disse que estava crente que quem havia decidido todo aquele esquema, há dez anos atrás, não tinha sido por má-fé, mas sim por acharem que era a solução. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** interveio e disse que o Sr. Presidente não tinha respondido às suas questões. Por isso, questionou qual o valor das rendas dos três edifícios que iam passar para a Praia Ambiente. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, o valor das rendas, relativamente ao valor da dívida, seria de cerca de cento e cinquenta mil euros. De seguida, esclareceu que não estavam a falar do direito de superfície e leu o ofício da

Cooperativa que esclarecia isso mesmo. Relativamente ao Deputado Clélio Meneses, relembrou que já havia admitido que aquela poderia ter sido sempre a posição do mesmo, mas quer o processo da fusão, quer o processo da alienação tinha tido votos favoráveis de vereadores do PSD e disse que também havia nomes de responsáveis, no Relatório do Tribunal de Contas, do PSD e que não tinham sido mencionados, pelo que, no mínimo, fossem sérios no assunto. Quanto à resposta dada ao Tribunal de Contas, informou que tinha sido, precisamente, aquilo que estava no contraditório. -----

----- **O Deputado Bruno Nogueira** interveio para repetir duas das perguntas que tinha colocado e que não tinham obtido resposta, ou seja, qual era o valor de aquisição do edifício do centro da Praça e qual o valor que iam ter, no final daqueles empréstimos, se estavam, ou não a ir acima do valor limite e se teriam, ou não, que entrar no procedimento para endividamento excessivo. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que não recebia a seriedade, nem a dignidade do Sr. Presidente, de forma alguma, pois haveria de a receber de quem entendesse e se a procurasse por sua iniciativa. Repetiu que, há dez anos o PSD tinha sido contra o assunto em causa e há um ano aquele grupo tinha-se manifestado contra o mesmo, tal como havia dito que também tinha havido abstenções, votos de confiança, cartas brancas que tinham sido dadas e que, até as próprias pessoas do PS, envolvidas naquele projeto, não tinham agido de má-fé, mas sim de acordo com o que achavam que era a melhor forma de gerir o bem comum, pelo que, por mais voltas que o Sr. Presidente desse, para se salvar à sua custa, não passava. Acrescentou que, o Sr. Presidente tinha as responsabilidades que tinha e teria sido muito mais fácil se este tivesse assumido o que se estava a passar. De seguida, disse que não tinha omitido nenhum nome, apenas tinha lido o que o Tribunal de Contas havia dito e relembrou que este identificava um conjunto de deliberações, onde mencionava quem estava presente e em que dias, sendo que havia uma, a deliberação de vinte e um de julho de dois mil e quinze, que identificava dois vereadores do PSD, mas, depois, na conclusão, e passou à sua leitura, estes não apareciam. Explicou que, quando havia evocado aquela questão, tinha sido apenas para dizer que o que o Sr. Presidente estava a fazer era decorrente da recomendação do Tribunal de Contas. Posto isso, requereu, à presidência da Mesa da Assembleia, que tirasse cópia da página noventa e oito, do Relatório do Tribunal de Contas, e fizesse distribuir por todos os membros da mesma, para que estes pudessem confirmar o que estava a ser dito. -----

----- **A Presidente da Mesa, em exercício**, recusou o pedido do Deputado Clélio Meneses, por achar que não se justificava, visto todos os deputados terem acesso ao Relatório. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** dirigiu-se ao Deputado Clélio Meneses e disse que se este achava que eram só aqueles os responsáveis, então sugeriu que este falasse com quem, na altura, tinha desempenhado funções pelo PSD, na Câmara Municipal e, pelo menos, fosse solidário naquela parte. Relativamente ao valor dos edifícios, disse que o da Rua de Jesus seria à volta de quinhentos mil euros, o multiserviços do Cabo da Praia, cerca de trezentos e sessenta e três e um milhão e cem mil euros, o da Vila Nova. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** iniciou a sua intervenção questionando os cento e cinquenta mil euros indicados. De seguida, referiu que quatrocentos e nove mil euros, no primeiro ano, era o custo da dívida de quatro ponto oito milhões de euros, trinta e quatro mil e noventa e cinco por mês e disse que aquelas eram umas contas aproximadas e que de cento e cinquenta para quatrocentos e nove mil euros, era uma de gestão sublime, pelo que, no seguimento das contas do Sr. Presidente, estava de veras preocupado com a Praia Ambiente, pois naquela lógica de proporção teriam mais uma empresa com resultados líquidos negativos. Posto isso, e para que ficasse esclarecido, questionou qual o valor das rendas da Academia.-----

----- **O Deputado Bruno Nogueira** usou da palavra e disse que ia repetir a sua pergunta, mas de outra forma, ou seja, mencionou que a DGAL dizia que o limite de endividamento do município era de catorze milhões, pelo que com os procedimentos que estavam a ser votados naquele dia, pelas contas do PSD, estavam a falar de um aumento de endividamento de cerca de sessenta e quatro por cento. Posto isso, questionou qual era, após aqueles processos, o nível de endividamento que tinham, se estavam, ou não, acima do valor que fazia com que tivessem que entrar no procedimento por endividamento excessivo e quais os procedimentos que teriam de fazer após isso. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente ao Deputado Paulo Luís, o que este tinha perguntado era sobre a Praia Ambiente, daí ter respondido sobre a mesma, sendo que, relativamente à outra pergunta, este tinha acabado por responder. Em relação ao Deputado Bruno Nogueira, disse que iam manter as responsabilidades financeiras da Câmara Municipal. Acrescentou que, não tinham entrado em nenhum processo de endividamento etc., isto é, as previsões feitas não se concretizavam e mantinham a sua capacidade de investimento, de execução dos fundos comunitários e esperava que dois mil e dezanove continuasse a ser um ano de execução de investimento e de continuar a encontrar respostas para os praienses. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** iniciou a sua intervenção dizendo que tinha sido feito um conjunto de perguntas, muito concretas, em relação aos pontos em discussão, nomeadamente relacionadas com valores. Acrescentou que o PSD tinha feito as suas contas, mas não queria avançar com números sem obter a posição da Câmara, pois podia ter cometido algum engano e para não ser acusado de estar sempre com a questão dos números, mas ia ter que lançar alguns deles para a discussão. Em relação à Praia Cultural, disse que a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, tinha um passivo financeiro, de médio longo prazo, de quatrocentos e vinte e dois mil euros, duzentos e setenta e quatro ponto quarenta e quatro céntimos, pelo que, com o empréstimo que estava previsto, que não era de quatro ponto oito milhões de euros, mas sim de quase quatro ponto nove milhões de euros, ficava com um passivo financeiro, de médio longo prazo, de cinco ponto três milhões de euros, o que implicava um acréscimo de mil, cento e cinquenta por cento, isto é, estavam a falar de um custo financeiro, do primeiro ano da Praia Cultural, de mais de cento e sessenta mil euros. Posto isso, e depois do Sr. Presidente já ter dito que esta tinha sustentabilidade financeira, disse que gostaria de perceber se essa sustentabilidade seria garantida pelo valor das rendas. Em relação à

Praia Ambiente, disse que esta tinha um passivo, de médio longo prazo, a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, de três ponto oito milhões de euros, com dois ponto seis, que era o que estava proposto a aprovação, ficaria com um passivo financeiro de seis ponto quatro milhões de euros, perfazendo um acréscimo, no passivo, de sessenta e sete por cento. Referiu que, aquele financiamento ia custar à Praia Ambiente, no primeiro ano, mais de oitenta e cinco mil euros, sendo que ao fim dos vinte anos seria novecentos e setenta mil euros, pelo que gostariam de perceber se o valor das rendas era suficiente para aquela situação. Em relação ao passivo global do perímetro que tinha sido consolidado, ou seja, o passivo da Câmara Municipal, de médio longo prazo, onde somando o passivo existente, até trinta e um de dezembro, com o acréscimo que era de sete ponto cinco milhões de euros, dava um acréscimo de quase sessenta e cinco por cento do valor total e, como o Deputado Bruno já havia referido, o limite de endividamento calculado pelos órgãos oficiais era de catorze milhões de euros, passando de um passivo de onze milhões para dezanove milhões, surgia a pergunta de entrarem no sistema de recuperação da Câmara Municipal. Disse que, gostariam que o Sr. Presidente esclarecesse aquelas situações de uma forma simples e desse, àquela Assembleia, toda a informação pedida, de forma a perceberem se toda aquela situação era, ou não, viável. Relativamente a todas aquelas situações, disse que tinham sido apresentados orçamentos da Praia Cultural e da Praia Ambiente que não contemplavam, certamente, o que ali estava, pelo que se questionava se iam ser apresentados novos orçamentos.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que na Cooperativa não havia rendas, ou seja, atualmente a Cooperativa estava a pagar rendas, pelo que se ia adquirir não ia pagar rendas. Disse que, havia rendas da Câmara à Praia Ambiente, de cerca de cento e cinquenta mil euros. Acrescentou que, na Cooperativa, o que atualmente existia e que era uma renda, passava a ser por uma aquisição, ou seja, o património ia para a Cooperativa, esta deixava de pagar a renda e, sensivelmente, pelo mesmo valor ficava a pagar o serviço da dívida anualmente. Esclareceu, ainda, que não era a Câmara que ia arrendar, sendo que a Cooperativa era financiada pelos dois contratos programa, aprovados na passada sessão da Assembleia Municipal, onde não estavam previstas alterações aos mesmos, uma vez que a situação já estava prevista. Relativamente à Praia Ambiente, disse que aí sim existiam rendas, apenas nessa parte, em relação a três edifícios, sendo que quando os serviços não estivessem a utilizar o edifício que fazia canto entre a Praça Francisco Ornelas e a Rua de Jesus, a Câmara deixaria de pagar a renda.-

----- **O Deputado Francisco Ávila** esclareceu que, a questão das rendas era para perceberem se a sustentabilidade financeira da Cooperativa Praia Cultural, ia continuar a existir. Disse que, o Sr. Presidente havia introduzido um novo dado na discussão, ou seja, a Câmara Municipal quando apresentou os orçamentos, e não havendo alterações aos mesmos, da Cooperativa e da Praia Ambiente, já sabia o que ia fazer, pelo que questionava como isso era possível se, na altura, aquele assunto não estava tratado e como contemplava num orçamento um custo financeiro de cento e oitenta mil euros para a Praia Cultural e para a Praia Ambiente de oitenta mil euros, para o custo

financeiro do empréstimo em discussão. Relativamente às rendas, disse que, de facto não existiam rendas da Câmara com a Cooperativa Praia Cultural, mas esta ia ter que pagar o empréstimo de cinco milhões de euros, pelo que questionavam como esta ia ser sustentável com aquele novo empréstimo. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** relembrou que, na última Assembleia Municipal, o que haviam deliberado, além dos orçamentos, tinham sido dois contratos programa, tendo referido que há muito que não havia contratos programa entre a Câmara Municipal e a Cooperativa, derivado da lei em vigor, mas o ano de dois mil e dezanove era o ano em que ia voltar a haver. Relembrou que, eram dois contratos programa, um para a vertente cultural e outro para a vertente social, onde já estava previsto um valor para o pagamento, ou por renda ou para serviço da dívida e resolução da situação, conforme a operação se concretizasse e a forma desta. Relativamente à sustentabilidade financeira da Cooperativa Praia Cultural, disse que, naturalmente e como sempre havia existido, estava agarrada e era garantida pelos contratos programa que a Assembleia Municipal haveria de deliberar anualmente. Quanto à Praia Ambiente, disse que seriam três contratos de arrendamento que iriam garantir a viabilidade financeira da mesma. -----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra para questionar, o Sr. Presidente da Câmara, se tudo aquilo que se estava a discutir ia repercutir em aumento de impostos a nível municipal. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** iniciou a sua intervenção dizendo achar que já tinham discutido assuntos relativos aos quatro pontos, pelo que sugeriu que se discutessem os quatro pontos e depois votariam os mesmos. De seguida, colocou as seguintes questões:-----

----- 1^a Questão – Relativamente às regras de contratação pública, nomeadamente a escolha da entidade bancária para o empréstimo da Praia Cultural, o porquê de não terem sido contatadas outras entidades bancárias e se foram, qual o seu resultado; -----

----- 2^a Questão – Relativamente à sustentabilidade financeira da Praia Cultural, e segundo o que tinha percebido, seria o município a estabelecer contratos programa com uma entidade participada por este, para sustentar um serviço de dívida, pelo que se assim fosse, tinha sérias dúvidas quanto à legalidade dessa operação e deu exemplos de recusas de visto, por todo o país, pelo Tribunal de Contas. Acrescentou que, aquele era só um alerta, no sentido positivo e preventivo, para que se evitasse criar mais problemas;-----

----- 3^a Questão – Quais eram os fundamentos específicos para alteração dos estatutos da Praia Ambiente, nomeadamente as questões de fiscalização, isto é, porque não era a Câmara a assumir isso. -----

----- **O Presidente da Câmara** respondeu, em relação à primeira questão, que eram operações de grande monta, onde era necessária uma negociação e um trabalho bastante complexo, aliás, e como já tinha referido, o valor ainda não estava certo com o Novo Banco. Informou que, eram aquelas entidades porque tinham sido aquelas as quais tinham apresentado proposta e com as se estava a trabalhar ao encontro de uma solução, tanto era que as diferentes entidades tinham apresentado semelhantes condições, para as

duas situações. Relativamente à segunda questão, disse que o Deputado Clélio tinha toda a razão, pois anteriormente a lei não permitia, mas tinha passado a permitir, não em todos os tipos de entidades, isto é, permitia para as entidades que desenvolviam atividades de cariz cultural e social, sendo certo que podia, dali a um ou dois anos, haver novamente alteração legislativa e que nada daquilo fosse possível, mas aí teriam que se preparar. Em relação à última questão, respondeu que tinha que ver com o protocolo de delegação de competências que, na altura, tinha sido deliberado entre a Assembleia Municipal e a Praia Ambiente. Concluiu dizendo que, em relação à fiscalização, aquela forma permitia que o processo fosse mais ágil, do lado da Praia Ambiente, mas havia uma questão que não passava, de forma alguma, para esta, ou seja, sempre que fosse o final do processo, para seguir para execução fiscal, a competência ficava sempre na Câmara Municipal, para deliberação e despacho do vereador competente.

----- **O Deputado Francisco Ávila** usou da palavra e questionou sobre os equipamentos que ainda tinham ficado na posse da Praia em Movimento e que, pelo que depreendia das palavras do Sr. Presidente, de futuro seriam integrados no perímetro municipal, ou seja, questionou se havia perspetivas, em termos de prazo, para a referida integração e qual a entidade que estabeleceria parceria/contrato de arrendamento/etc., com a Praia em Movimento para que os cidadãos do concelho continuassem a usufruir desses equipamentos.

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e, em relação às suas anteriores questões, nomeadamente a primeira questão que tinha que ver com a contratação de empréstimo da Praia Cultural, voltou a questionar quais é que tinham sido as outras propostas, qual o seu valor, se tinha havido uma comissão de análise, que tipo de propostas eram e qual o seu conteúdo. Em relação à segunda questão, informou que o Relatório do Tribunal de Contas de Guimarães, era de dois mil e dezassete e tinha que ver com aquela questão. Relativamente à terceira questão, disse que se havia casos em que os processos começavam na Praia Ambiente, mas podiam voltar à Câmara, qual era o motivo de não começarem e se desenvolverem na Câmara, sendo que, dessa forma, era muito mais eficaz e se cumpria melhor a lei.

----- **O Presidente da Câmara** respondeu, ao Deputado José Laranjo, que não haveria nenhum aumento de impostos. Relativamente à Praia Cultural, disse que tinha sido desenvolvido um trabalho de administração direta com a Banca, que aquele era um processo de aquisição bastante longo e a partir do momento em que algumas entidades não se tinham mostrado disponíveis, tinham avançado com aquelas que o estavam. Informou que, tinha havido um trabalho com as entidades que a Cooperativa já trabalhava, isto é, o Novo Banco e a Caixa Económica, tal como com as entidades que a Praia Ambiente já trabalhava. Acrescentou que, tinham procurado trabalhar com as entidades que tinham histórico na matéria e que aquele tinha sido o critério, pois estavam a falar de uma proposta que era diferente de um empréstimo de curto prazo, ou do empréstimo de setecentos mil euros que, recentemente tinha estado na Assembleia para ser aprovado. Em relação à fiscalização, disse que, para já, a Câmara não tinha meios para tal e, na opinião da Câmara, deveria ser a Praia Ambiente a resolver, para

melhor agilização. Em relação ao Relatório, disse que este poderia ser datado de dois mil e dezassete, mas provavelmente os factos eram anteriores, tal como o Relatório da Câmara Municipal da Praia da Vitória que era de dois mil e dezoito e os factos eram anteriores a dois mil e quinze. Respondeu, ainda, que esperava que o prazo para integração dos três edifícios no perímetro municipal fosse o mais breve possível, mas não se ia comprometer com prazos, porque esses derivavam de questões técnicas, jurídicas e notariais. Em relação ao direito de superfície da Academia da Juventude, disse achar que quando o direito de superfície tinha sido criado a favor da Sociedade de Desenvolvimento, onde tinha sido feita a Academia, tinha sido na perspetiva de que, como era uma entidade detida, maioritariamente, por privados à época, de não doar o chão. Acrescentou que, relativamente à referida operação e sendo aprovada em sede de Assembleia Municipal, achava que faria sentido, a médio prazo, decidirem a doação do terreno à Cooperativa Praia Cultural ou manter o direito de superfície.

----- **O Deputado Paulo Luís** usou da palavra e disse que queria, apenas, fazer uma breve interpretação das palavras do Sr. Presidente, isto é, o Sr. Presidente para gastar gasóleo, no valor de cento e vinte mil euros, abria um concurso para a Câmara Municipal, mas para fazer um empréstimo de quatro ponto oito milhões de euros, não fazia concurso.

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto:

----- “O CDS obviamente que vota favoravelmente esta alteração, porque considera que, finalmente está-se revertendo uma situação que, para o CDS, tinha contornos legais um pouco duvidosos, pena é que tenha que ser por força de uma decisão, ou de uma imposição, do Tribunal de Contas, mas, finalmente está-se reacertando a orientação do nosso município, no sentido da legalidade.”

----- **2. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE FINANCIAMENTO DA PRAIA CULTURAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO E DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior.

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor do PS e doze votos contra, onze do PSD e um do CDS-PP.**

----- **O Deputado Clélio Meneses** apresentou a seguinte declaração de voto:

----- “O PSD conforme tinha, de resto, anunciado, vota contra este ponto considerando que aquilo que nos chegou, no âmbito da convocatória e daquilo que decorreu da reunião da Câmara Municipal, existe uma absoluta falta de fundamentação para aquilo que é o resultado final deste empréstimo. Porque é que é este valor? Porque é que é este valor do prémio? Porque é que foi esta entidade bancária? Porque é que é aquele *Spread*? E o que, depois de várias vezes questionado, o Sr. Presidente da Câmara não conseguiu dar uma resposta que fundamentasse, juridicamente, este empréstimo, deste valor e nestes termos. Entendemos, mesmo, que isto corre aqui sérios riscos de ilegalidade, tendo em conta que estamos a falar de um empréstimo de cinco milhões de

euros, por uma entidade pública, dinheiros públicos e que não foi aqui claro se houve uma comissão de análise, porque é que foi aquela entidade bancária, porque é que é aquele valor, porque é que se aceitou aquilo. Entendemos que, isto é demasiado grave e, em consciência, não podíamos ratificar esta decisão da Câmara Municipal e, por isso, o nosso voto contra.”-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O CDS votou contra esta proposta, efetivamente por considerar que não foram fornecidos todos os elementos necessários para a tomada de uma decisão em consciência, porque temos dúvidas sobre o impacto que este empréstimo terá, relativamente à capacidade de endividamento do município da Praia da Vitória e, consequentemente, as consequências que possam daí advir no futuro e, portanto, em consciência, apesar de compreendermos a necessidade desta movimentação financeira para repor uma legalidade, nós, em consciência, não podemos votar favoravelmente a contratação deste empréstimo”-----

----- 3. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA PRAIA AMBIENTE, E.M.-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor do PS, um voto contra do CDS-PP e onze abstenções do PSD.**-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O CDS, como já afirmei durante o debate existe um processo judicial a decorrer, por conta da Assembleia Municipal que aprovou a criação da Empresa Municipal Praia Ambiente e Praia em Movimento, por conta desse processo judicial que ainda não está resolvido, obviamente o CDS vota contra todas as decisões, que venham a esta Assembleia, que envolvam estas duas entidades e, portanto, nesse sentido, votamos contra.”-----

----- 4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE FINANCIAMENTO DA PRAIA AMBIENTE, E.M.-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor do PS e doze votos contra, onze do PSD e um do CDS-PP.**-----

----- **O Deputado Clélio Meneses** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Como de resto já tínhamos alegado no debate anterior, o PSD votou contra este empréstimo exatamente porque entendemos que não estão salvaguardadas as exigências legais, relativamente a um empréstimo desta dimensão. Entendemos que, isto é apenas uma forma, como foi de vez em quando a boca fugindo para a verdade, de financiar uma atividade que, até agora, era sempre dita como não sendo do município, quantas vezes não ouvimos, nomeadamente o anterior presidente da Câmara, dizer que a dívida era de um determinado valor e que não englobando esta dívida, destas outras entidades e, no fundo, a Câmara estava a assumir esta dívida, conforme não podia deixar de ser, mas de uma forma que entendemos que não é a mais rigorosa, para um assunto demasiado

sério. Estamos a falar de muitos valores, estamos a falar das responsabilidades acrescidas ao longo dos anos que isto vai implicar e entendemos que este processo deveria ter sido feito de uma forma mais transparente, mais clara, sobretudo em termos da identificação de todo o processo da avaliação dos imoveis, conforme foi referido aqui hoje, várias vezes colocadas várias questões a esse nível e que não foram respondidas, da avaliação dos imoveis que acabam por servir de garantia para os empréstimos. Isto é tudo um novelo, cuja ponta começa a ser difícil de resolver, resolve-se numa parte, mas destapa-se noutra, como as mantas, e andamos aqui num processo que, em termos da vida financeira do município, não é o mais adequado, por isso tem o nosso voto contra.”

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O CDS vota contra este ponto da agenda, relativamente ao financiamento da Praia Ambiente, por dois motivos. Um, por se tratar da Praia Ambiente e existir um processo judicial e, portanto, votamos contra por esse motivo, já o referi na declaração de voto anterior, mas também votamos contra porque consideramos que não nos foram dados todos os argumentos necessários para tomar uma decisão em consciência, dado os montantes de empréstimos que estão envolvidos neste ponto e no ponto anterior e, portanto, também, por essa razão, votamos contra o empréstimo.” -----

----- 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2019, DA TERAMB, E.M. E MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA ENTRE A TERAMB, E.M. E OS MUNICÍPIOS DE ANGRA DO HEROÍSMO E PRAIA DA VITÓRIA.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** solicitou autorização para apresentar os pontos cinco e seis em simultâneo, o qual foi autorizado. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** usou da palavra e disse que, na ata relativa ao ponto quinto, havia uma referência de que o Orçamento da TERAMB não tinha sido entregue de acordo com os prazos. Posto isso, disse que gostariam de perceber o porquê dessa situação. -----

----- Relativamente ao ponto número seis, colocou duas questões:-----

----- 1^a Questão – Relembrou que, o Sr. Presidente havia referido que o aumento mais baixo era de dois por cento, mas existia tratamento de resíduos que tinham aumentos de quarenta por cento, pelo que gostariam de perceber como é que de um ano para o outro se tinha percebido que, para não dar prejuízo o tratamento desse determinado resíduo, havia um défice de quarenta por cento. -----

----- 2^a Questão – Relativamente à primeira proposta de alteração de tarifário, disse que tinha havido uma primeira proposta de tarifário, enviada em data que naquele momento não conseguia precisar e, depois, existia uma alteração enviada no início de dezembro. Acrescentou que, havia uns mapas suporte, tabelas de preços e eram destacados, na alteração de tarifário, a amarelo os resíduos que sofreram alteração da primeira para a segunda proposta. De seguida, relativamente à primeira proposta, deu o exemplo de, na segunda linha da tabela, haver um aumento de resíduos de tecidos animais - aterro banais, ou seja, o preço em dois mil e dezoito era de trinta e cinco euros a tonelada, a primeira proposta passava para quarenta e cinco, com um incremento de

trinta por cento para dois mil e dezanove, mas na alteração, quando mandavam o quadro e presumia que fosse um lapso, o preço de dois mil e dezoito continuava a ser os trinta e cinco euros, o preço para dois mil e dezanove tinha ficado em trinta e cinco euros, mas a variação continuava a ser de trinta por cento. Posto isso, questionou se o preço que ia vigorar era os trinta e cinco euros, não havendo incremento, ou então como seria.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, o atraso da entrega de documentos tinha que ver com duas situação, a primeira com a situação já referida no ano passado, ou seja, que tinha sido um ano em que os resultados obtidos tinham sido muito diferentes dos de dois mil e dezoito e para se fazer uma previsão para o ano seguinte, e o Orçamento era uma previsão, de alguma forma perceber-se como a TERAMB ia acabar o ano em dois mil e dezoito. Segundo, devido a mudanças no conselho de administração da própria TERAMB. De seguida, respondeu que o que ia vigorar não era a variação, mas sim a tabela que dizia "Tarifário para 2019". Acrescentou que, os maiores números de aumentos estavam, e aquela era uma questão pedagógica que vinha sendo discutida a nível Açores, em especial noutras ilhas, no tratamento de resíduos animais, porque também estava a ser feito um trabalho pedagógico naquela matéria, ou seja, não se podia, logo de início, aplicar o tarifário para o custo efetivo do tratamento de resíduos animais, porque as pessoas não iam deixar de enterrar os animais que morriam. Acrescentou que, para já não sabia qual era o preço final, porque dependia das quantidades e do mercado, mas o trabalho de evolução vinha sendo feito, para que as carcaças dos animais fossem até à TERAMB. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** relativamente à pedagogia referida, disse que era uma questão que lhe parecia bem e que achava que era esse o caminho a seguir, mas a pedagogia também tinha que acompanhar a questão financeira e do custo, pois um aumento de quarenta por cento, não lhe parecia nada pedagógico. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TARIFÁRIO E 1^a ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DA TERAMB, E.M., PARA O ANO DE 2019.---

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

7. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ARQUIVO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA. ---

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que tinha inferido, da leitura dos documentos fornecidos, que o arquivo estava depositado em estantes ventiladas, com desumidificação e, portanto, em termos de acondicionamento, pelo menos as mínimas condições, necessárias à preservação dos documentos, estavam garantidas. Acrescentou que, tinha ficado atónito quanto ouviu o Sr. Presidente dizer que o arquivo estava um pouco mal tratado, pelo que, gostaria de perceber o âmbito do referido mal tratamento. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, desde que o edifício da Rua Gervásio Lima havia sido demolido, para a construção da Escola Profissional, que o arquivo da Câmara Municipal tinha sido dividido em dois, ou seja, num arquivo morto, que não era de utilização frequente, que estava nos armazéns do Cabo da Praia e que não estava nas devidas condições, e num arquivo que servia de suporte às várias secções e departamentos da Câmara Municipal, que estava transitoriamente no andar superior da antiga Biblioteca Municipal. Esclareceu que, quando se referia a estar mal tratado tinha que ver com essa divisão, pois caso fosse necessário algum documento mais antigo e que estivesse no Cabo da Praia, ia levar algum tempo até que se conseguisse encontrar o mesmo. Acrescentou que, o que estava no Cabo da Praia não estava, propriamente, nas devidas condições, sendo que o que estava no edifício da Praça Francisco Ornelas estava muito bem classificado e muito bem organizado. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, na ata da Câmara Municipal, era referido que um dos documentos mais antigos dataria de mil, novecentos e vinte e seis, sendo que não sabia se o arquivo remontava a essa data ou se haveria documentos mais antigos. De seguida, questionou se os documentos mais antigos, com valor, eventualmente, histórico, estavam no arquivo morto do Cabo da Praia, ou se estavam preservados no arquivo do edifício da Praça Francisco Ornelas da Câmara. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que esses documentos estavam bem preservados, ou seja, todos aqueles que estavam identificados como documento de valor histórico, patrimonial e mais antigos estavam, tal como estava, na Biblioteca, o património mais antigo, em especial o espólio de José Silvestre Ribeiro, nas devidas condições e devidamente tratados, sendo que poderia haver algum documento que não estava identificado como tal e, consequentemente, estava em más condições, mas sempre que eram identificados, tentava-se dar a devida preservação. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra para informar que o PSD iria votar a favor do ponto em causa, pois, considerando os pressupostos apresentados pela Câmara Municipal, entendiam que aquela regulamentação era importante como sendo um fator decisivo para a preservação da história e identidade do concelho. -----

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- 8. APRESENTAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO E A CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA, O QUAL VISA PROMOVER A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E A MOBILIDADE ELÉTRICA. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** solicitou autorização para apresentar os pontos oito e nove em simultâneo, o qual foi autorizado. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** iniciou a sua intervenção dizendo que se havia coisa na política que, infelizmente acontecia muito era a sectorização e isso não era uma coisa boa para a mesma, nem para a sociedade. Acrescentou que, infelizmente era algo muito corrente na vida comum e que marcava, infelizmente, muitas das relações pessoais e quando se conseguia envolver a política de uma forma abrangente e não sectária, estavam todos a dar um grande contributo para aquele que era o papel de cada

um naquele órgão. Disse que, o ambiente muitas vezes conseguia ter aquela marca e, naquele caso concreto, no projeto do Paul, aquilo era bem evidente, quer pelas várias entidades envolvidas, quer pelo facto de, historicamente, todo aquele processo ter sido tocado por vários executivos, de várias cores e era nessa envolvência, em que todos tinham dado um contributo positivo para alcançar o resultado final, que lhe parecia estar a parte mais saudável e nobre da política, sem prejuízo de que a discordância, a oposição também eram necessárias, porque muitas das vezes era com essas que se conseguia alcançar o resultado positivo. Posto isso, disse que aquele era um momento importante e positivo da Praia da Vitória, isto é, o alcançar daquele resultado, relativamente à questão do Paul e ao prémio que havia recebido, sendo que era importante continuar aquele processo, no sentido de ser aquele o caminho a seguir. Relativamente à questão de eficiência energética, disse que também era um desafio do futuro, e que o facto de atualmente ser um dos temas mais importantes, isto é, a energia era um dos fatores mais importantes do mundo, tal como a necessidade de preservar os recursos, era também o caminho e todos os passos que se dessem nesse sentido, conforme o protocolo em causa, estavam a cumprir a obrigação de cada um. Concluiu dizendo que, se havia coisa que ouviam muitas vezes na política e na vida social, era que os políticos agiam muito pelo imediato, por aquilo que se fazia no dia seguinte, esquecendo-se daquilo que tinha efeito para as gerações vindouras, mas isso nem sempre era praticado e o ambiente era a área em que mais isso acontecia, isto é, muito dificilmente uma posição tomada hoje tinha, em termos ambientais, um resultado imediato, quase sempre era a médio longo prazo. Disse que, o projeto do Paul era um dos referidos casos, pois a Praia da Vitória só tinha recebido o prémio passadas décadas de ter iniciado o processo, tal como a questão da eficiência energética e muitas outras áreas em que, em termos ambientais, as posturas de hoje conseguiam ter resultados a médio longo prazo e devia ser esse o caminho, independentemente do impacto eleitoral imediato que pudessem ter. Referiu que, depois daquelas duas notas positivas, deixava o desafio para um aspecto ambiental que era decisivo para as gerações vindouras e que tinha a ver com a utilização de Glifosato, ou seja, disse que este era um problema imenso, que tocava na sociedade aos mais variados níveis, pelo que o desafio que fazia era que o município da Praia da Vitória fosse o município limpo de Glifosatos e que fosse aquele o caminho de todas as entidades públicas.

----- **O Deputado Pedro Pinto**, relativamente ao ponto oito, disse que gostava de saber se já existia algum levantamento feito, algum estudo, algum plano ou se a assinatura do protocolo em discussão é que ia dar inicio a todo o processo, tal como, se já estavam planeados os postes, a sua localização e quantidade, que perspetivas havia para o aumento de viaturas elétricas a circular no concelho, se a Câmara Municipal estava a ponderar reconverter a sua frota para uma frota elétrica e se a Câmara Municipal havia sido contatada por alguma empresa ou entidade para a instalação, no concelho da Praia da Vitória, de alguma unidade industrial para a montagem ou fabrico de viaturas elétricas.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que, relativamente ao desafio lançado pelo Deputado Clélio Meneses, também tinham aquela preocupação e aquele

desejo, mas a questão era de ordem prática, ou seja, a nível das soluções tecnológicas que existiam, não permitia uma real efetivação da limpeza urbana, sem a utilização dos produtos em causa. Relativamente à intervenção do Deputado Pedro Pinto, respondeu que tinha havido contactos, ao nível dos dois concelhos, e sondagens para a instalação de uma unidade de construção e montagem de viaturas elétricas, sendo que, no âmbito dessas negociações, não se tinha chegado a bom porto em nenhum dos concelhos, ou seja, o investimento não tinha ficado na ilha Terceira. Em relação ao desafio da mobilidade elétrica, disse que era algo que queriam, principalmente ao nível das viaturas ligeiras, sendo que também estavam a olhar para o fundo ambiental do Ministério do Ambiente, na perspetiva da Câmara Municipal passar a ter essas viaturas. Informou que, gostaria de terminar o presente mandato autárquico com uma ou duas viaturas elétricas, no mínimo, na frota da Câmara Municipal.

----- **O Deputado Luís Leal** interveio e disse que, relativamente ao ponto nove, era preciso frisar o bom trabalho que vinha sendo feito, desde logo pelo prémio atribuído, bem como pela recuperação que o Paul vinha a ter, isto é, era a prova provada de que podia haver um equilíbrio entre o homem e a natureza e, sendo os Açores o sítio que era, era um bom sinal para o exterior de que se conseguia equilibrar as coisas. Em relação ao desafio do Deputado Clélio Meneses, disse que via, a título pessoal, de forma a se preservar a intergeracionalidade, como uma boa medida e poderia ser um bom sinal para que houvesse um equilíbrio, tanto do homem como da natureza e do desenvolvimento da sociedade.

----- **O Deputado Pedro Pinto** relembrou que tinha questionado sobre planos sobre a mobilidade elétrica, ou seja, se iam ser iniciados após a assinatura ou se já existia algum planeamento ou estudo prévio.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, no âmbito daquele protocolo é que dariam inicio ao referido trabalho. Informou que, havia um trabalho muito preliminar feito pela Câmara Municipal, na tentativa de candidatura ao atual Quadro Comunitário, no âmbito dos Eixos de Eficiência Energética, mas tendo em conta os objetivos pretendidos, o mesmo não era financiado para autarquias, pelo que se tinha parado com esse trabalho, retomando-o, de forma mais detalhada, a partir daquele protocolo. De seguida, informou que ainda não tinham sentido a pressão, por parte dos municíipes, para a criação de postos de abastecimento público de viaturas elétricas, sendo certo que deviam dar o exemplo.

----- **O Deputado Pedro Pinto**, relativamente ao ponto nove, disse que aquando do anúncio da atribuição do prémio, o CDS já tinha manifestado o seu contentamento pelo mesmo, sendo óbvio que premiava o investimento feito pela Câmara, bem como o esforço pessoal que todos os funcionários camarários haviam desenvolvido, ao longo dos últimos anos, para que tivessem aqueles três Pauis. Relativamente ao Plano de Gestão em causa, disse que gostava de saber, mais concretamente na página quarenta e oito, no ponto quatro ponto quatro – Objetivos Específicos, onde se lia no ponto um ponto quatro – *Manter as populações de flora e bom estar da conservação dos habitats* e, sobretudo o ponto um ponto sete – *Estabilizar a qualidade da água do paul da Praia da Vitória*, se já tinha havido alguma diligência da Câmara Municipal para tentar

solucionar, encontrar soluções ou fazer algum tipo de estudo em relação à situação da resolução da qualidade da água do paul, que, consequentemente prejudicava a qualidade da água da Marina, bem como a zona de banhos contigua a esta, como já havia referido na última sessão da Assembleia Municipal, ou se continuava tudo como estava. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, como já havia referido na última Assembleia, tinham realizado uma intervenção onde se havia detetado algo na Marina que não estava previsto nos estudos, pelo que tinham voltado a contatar as entidades e os centros que tinham realizado o estudo, sendo que não tinham o resultado, pois ainda estavam a analisar para tentar perceber se era uma situação que ia acontecer sempre, ou se era uma situação pontual. Informou que, a previsão de obtenção de resultados era o mês de março, porque era necessário haver dias secos, dias de maior pluviosidade e variação das marés. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

9. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DA INFRAESTRUTURA VERDE HÚMIDA COSTEIRA DA PRAIA DA VITÓRIA. -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

10. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE APOIO AOS CLUBES DESPORTIVOS DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, um aumento de vinte por cento era considerável e louvável, mas não sabia a que se referia aquele valor, pelo que gostaria de saber qual era o valor base, ou qual era o valor, naquele ano/época, que a Câmara Municipal tinha empregado no apoio às atividades desportivas. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, era importante se perceber que era a mesma realidade desportiva, sendo que aquele Regulamento englobava o apoio a todos os grupos desportivo, o que não acontecia antes, ou seja, estava disperso por três documentos autónomos. Informou que, no total, e variava de ano para ano, era cerca de cem mil euros, pelo que estavam a falar de cerca de mais vinte mil euros, nem isso. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que os regulamentos, sobretudo os de apoios, implicavam sempre uma opção estratégica e refletiam isso, sendo que, muitas das vezes, os apoios eram dados sem regulamento, o que nem sequer era legal, e isso era mais evidente nessas situações, mas mesmo o regulamento identificava uma opção estratégica, num determinado sentido, de privilegiar e priorizar mais este ou aquele sentido, da respetiva área de apoio. Referiu que, naquele caso concreto, era uma proposta que o PSD vinha a apresentar há já algum tempo, no sentido de que a prioridade e o privilégio dos apoios desportivos, naquela área, deveria ser a formação, ou seja, devia haver uma aposta clara e diferenciadora ao nível do apoio à formação.

Disse saberem que, nem sempre isso era fácil, até na própria gestão dos clubes, tendo em conta as exigências competitivas que tinham. No entanto, entendiam que da parte do município, como entidade pública que era e com as obrigações que tinha, tudo aquilo que tivesse que ver com a formação dos jovens e com a ocupação saudável das respetivas vidas, devia ser uma prioridade e era isso que os distingua um pouco daquilo que havia sido apresentado, sendo certo que, grande parte daquele regulamento tinha aspectos positivos, mas aquela distinção estratégica era algo que os distingua. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que queria dar os parabéns ao executivo, porque no pouco tempo em que tinha estado presente naquele tipo de fórum, muitos já haviam sido os regulamentos ali apresentados, o que era bom sinal, sinal de que se queria regulamentar, criar regras de igualdade para todos, alterá-las ou melhorá-las. Acrescentou que, aquele regulamento lhe parecia bem e, sobretudo queria salientar a inovação do desporto adaptado, tão importante vetor da sociedade, a inclusão. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente às questões de orientação estratégica e à intervenção do Deputado Clélio Meneses, a gestão de infraestruturas não seria a questão, porque a disponibilidade e o custo destas, à exceção de dois clubes que estavam noutro nível competitivo, para a formação e para o nível de formação que tinham, até era superior ao nível de equipas seniores. Em relação a prioridades e estratégia, disse que era a orientação para o desporto adaptado, para o cidadão com necessidades especiais, sendo que a Câmara Municipal não se resumia ao que estava no regulamento, ao nível do desporto adaptado, porque os seus departamentos sociais desenvolviam atividade física para cidadãos com as referidas necessidades, sendo que o regulamento falava do cidadão que queria desenvolver a sua atividade competitiva ao nível do desporto adaptado e aquilo era uma orientação estratégica clara do mesmo. Acrescentou que, cerca de quarenta por cento do valor financeiro era afeto só ao desporto de formação, sendo que esperava que os valores/tabelas viessem a ser melhorados ao longo do mandato. Informou que, o apoio dado aos clubes desportivos, principalmente aos seniores, estava dentro da média, a nível regional, do que as Câmaras Municipais apoiavam. Posto isso, realçou o conjunto alargado de modalidades no concelho, enalteceu o trabalho de cada uma delas e disse que a orientação estratégica era manter o excelente quadro competitivo do concelho, apoiar o desporto adaptado, manter o apoio à formação e a disponibilidade das infraestruturas. Terminou relembrando a grande alteração feita, isto é, de passar de ano civil para época desportiva, indo, assim, ao encontro das reivindicações dos clubes desportivos. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, sobre o presente tema do desporto e fugindo um pouco ao regulamento em si, e a concessão que se podia ter sobre aquilo que devia ser a posição do município em relação ao desporto, disse que, já em dois mil e quatro, quando tinha encabeçado uma candidatura do CDS à Câmara da Praia, propunha que, ao nível do desporto, o concelho da Praia se deveria posicionar a nível nacional e mesmo internacional, como um polo de excelência ao nível da prática de desportos náuticos, nomeadamente oferecendo condições para estágios e treinos de inverno, em modalidades aquáticas, como por exemplo, a vela, pois isso eram

atividades que revertiam, em termos financeiros, muito dinheiro para os centros de estágio que os acolhia. Posto isso, disse considerar, e propunha que a Câmara ponderasse, um reposicionamento estratégico naquela matéria, uma vez que a nível nacional tinham o melhor plano de água para regatas, sendo que tinham pouco mais a acrescentar a isso, transformar a Praia da Vitória num centro de estágios e, obviamente, desenvolver uma estratégia comunicacional e de publicidade para divulgar e atrair os interessados.

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, dezanove votos do PS e um do CDS-PP e dez abstenções do PSD.** -----

----- **11. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, NA MODALIDADE DE CONTA CORRENTE, ATÉ AO MONTANTE DE DOIS MILHÕES DE EUROS, A MOVIMENTAR DURANTE O ANO DE 2019 – RELATÓRIO DE ANÁLISE.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** solicitou autorização para apresentar os pontos onze e doze em simultâneo, o qual foi autorizado. Realçou, relativamente ao ponto doze, que o documento elaborado contou com a documentação e os documentos anexos, cedida e preparada pela Vereadora Paula Ramos, pelo Dr. Álvaro Monjardino e pela Dra. Fernanda Oliveira, que tinha preparado um conjunto de pareceres, considerando várias soluções que teriam para os problemas e que ali tinham sido faladas.

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, na última Assembleia, aquando da votação do Orçamento Municipal, a Câmara tinha apresentado um pedido de autorização para a contratação de um empréstimo no valor de dois milhões de euros para uma conta caucionada, ao qual o CDS tinha votado favoravelmente, tendo por base os pressupostos apresentados e que tinham acabado de ser repetidos pelo Sr. Presidente. Acrescentou que, era uma conta importante para o desenrolar de toda aquela estratégia para resolver a situação em causa. Relativamente ao ponto doze, disse que o CDS votaria a favor, pois não seria por este que o processo teria problemas, revessos ou atrasos. Disse que, efetivamente era necessário resolver a situação e relembrou que o caso de Santa Rita não era o único caso social do concelho e que todos os outros mereciam igual atenção por parte do município, sendo certo que sabia que este estava a fazer aquele esforço, para o qual poderia contar com o apoio do CDS, em tudo o que fosse necessário, para que deixasse de haver aquele tipo de problemas sociais no concelho. Reconheceu, a mudança de atitude do atual executivo, em relação ao executivo camarário anterior, possibilitando que o processo tivesse um avanço mais célere e mencionou que a mudança de metodologia, da abordagem do município a todo aquele problema, tinha sido decisiva para o desenrolar, rápido, do processo, mas não tinha sido suficiente para se antecipar às decisões judiciais, pelo que era de lamentar que aquele processo não tivesse chegado antes destas. Posto isso, disse que estavam a dar inicio, formal, a um processo que ia resolver um problema social e urbanístico do

concelho, que não era único, e que contaria com todo o apoio que o CDS pudesse dar, naquela Assembleia e fora dela, para a resolução daqueles problemas. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** iniciou a sua intervenção dizendo que, da parte do PSD, gostariam de enaltecer a forma distinta como aquele empréstimo havia sido tratado pelo município, em relação aos anteriores dois empréstimos ali discutidos, pelo que teria o voto a favor do PSD, ainda para mais com o fundamento de que era para regularização do processo das casas de Santa Rita. Disse que, finalmente, começava a haver um conjunto de passos concretos, para resolver a situação e, em relação às soluções apresentadas, disse que o grupo municipal do PSD, numa altura em que o debate tinha sido feito de uma forma mais intensa na Assembleia, tinha-as apresentado, isto é, sempre haviam dito que a solução era responsabilizar o Governo da República, por razões históricas e políticas e todas as outras soluções apresentadas tinham sido como um contributo positivo para a resolução do problema, entendendo que, se existia aquele problema durante décadas e que tinha na sua base questões de política internacional, em que o principal responsável era o Estado português, deveria ser este a assumir os custos da operação em causa. Disse que, tinha sido sempre isso que tinham defendido e, felizmente, tinha sido o caminho que se tinha tomado, estranhando o porquê de, durante todos aqueles anos, ter havido alguns impasses, sendo que o que era certo era que tinha passado, infelizmente com muito sofrimento para as pessoas envolvidas. Referiu que, aquele era um momento importante e que esses momentos não aconteciam muitas vezes, ou seja, que o Estado português/da Republica percebesse a importância da Base das Lajes, dos Açores e da Praia da Vitória. De seguida, disse que havia algumas questões que gostariam de colocar, ou seja: -----

----- 1^a Questão – Em relação às pessoas já despejadas, questionou como se resolvia a situação destas, qual era a posição da Câmara Municipal para resolver, com eficácia, a referida situação. Bem como, quais eram as garantias que a Câmara dava no âmbito do processo negocial, ou seja, se tinha criado alguma cláusula/norma/pré-acordo específico para os desalojados e, das rendas e das dívidas em atraso, se tinha sido feito algum plano global que envolvesse a solução das referidas pessoas; -----

----- 2^a Questão – Em que termos poderiam readquirir, legalmente, o direito a habitar as casas.-----

----- Ainda o **Deputado Clélio Meneses**, e como nota final, disse que gostaria de saudar os verdadeiros vencedores daquele processo, ou seja, os moradores, que tinham andado décadas a sofrer na iminência de serem despejados, pessoas que durante mais de uma década tinham vivido com a falsa esperança de que se ia resolver a situação e ao invés de receberem cartas a dizer que estava resolvido, recebiam era cartas do Tribunal a dizer que tinham que ir para a rua. Mencionou que, aquilo podia parecer motivo de riso, de menos importância, mas estavam a falar, verdadeiramente, do sofrimento das pessoas. Concluiu dizendo que, tinha sido através da perca do medo de denunciar e consequente pressão, por parte dos moradores, que se tinha conseguido resolver a situação, sendo os partidos apenas auxílio disso, e a Câmara Municipal da Praia da Vitória tinha conseguido, depois de todos aqueles contributos, de uma forma positiva chegar a um bom resultado, até àquele momento, mas era necessário que se continuasse

naquele caminho e que as pessoas conseguissem recuperar as casa que sempre tinham julgado ser suas.

----- **O Deputado Luís Leal** interveio e, dirigindo-se ao Deputado Clélio Meneses, disse que se aquela energia fosse em noventa e oito, dois mil ou dois mil e um também este deveria ter arranjado uma solução e não a arranjou, pelo que era preciso frisar que ela estava a surgir naquele momento. Repetiu a expressão já usada de que não se olhava a partidos, mas sim para as pessoas e a consolidação da solução daquele problema não era de repente, mas sim devidamente e com calma, de forma a ficar bem construída e aquele passo, que era fundamental, era a aquisição dos terrenos. Acrescentou que, estava a andar, a se desenvolver, era complexo mas o progresso existia e da parte do PS, tal como da parte do PSD e do CDS-PP, já se havia percebido que iam todos arranjar a solução adequada, necessária e tempestiva para o que estava a acontecer, sendo que era necessário sublinhar que era naquele momento que estava a ser feito, ou seja, o assunto em causa durava há mais de vinte anos e era aquela Câmara, aquele executivo que vinha a arranjar as soluções, assim como o Governo dos Açores vinha a contribuir. Acrescentou que, todos estavam preocupados com as questões sobre os despejados, sobre qual seria o valor dos terrenos, mas era uma coisa de cada vez e era isso que estavam a fazer, isto é, a desenvolver com progresso todo aquele processo. Concluiu dizendo que, era muito bom sinal estar ali perante todos a dizer que tinham sido adquiridos os terrenos que davam sustento às casas em causa e que tinha a certeza de que com prudência, com a adequação e com as necessidades, o PS, que nunca havia deixado mal as pessoas, nunca ia deixar mal ninguém e aquele era o compromisso desde o início.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, aquele assunto/problema não era inédito no concelho da Praia da Vitória, mas o PSD nunca se havia preocupado com os outros casos, como por exemplo o das Pedreiras e o do Juncal, porque não era mediático. Disse que, o trabalho realizado pelo executivo não tinha apenas acontecido depois dos despejos, nem por acaso, tal como a influência política e o acordo histórico do Estado português. Informou que, ainda antes das pessoas receberem as cartas de despejo, tinha sido a primeira vez que uma Câmara Municipal tinha assegurado que a água que chegava a casa das pessoas em Santa Rita, não só no Bairro dos Americanos, era analisada e tinha dado um caráter regulamentar à matéria, sendo que achava que aquele abastecimento era anterior à democracia e nunca nada havia sido feito. Relembrou que, outro exemplo daquilo que estava a dizer era a previsão, no Orçamento para dois mil e dezoito, da intervenção do fundo ambiental naquela matéria, influência junto do Governo da República, sob proposta dos deputados do PS na Assembleia da República, estando a obra já lançada, isto é, a obra que permitia substituir a rede existente e que ia permitir fazer as obras de loteamento. Relativamente à exploração da situação e da fragilidade das pessoas, disse que, na Assembleia Municipal, onde tinha estado presente um conjunto alargado de moradores, quando havia dito que não, que estavam a tratar e que tinha estado recentemente em Santa Rita de autocarro com um conjunto de pessoas, o Deputado Clélio Meneses tinha questionado se a resposta a dar às pessoas era a de que tinham estado a passear de autocarro em Santa Rita, mas, na

verdade, essas pessoas eram Deputados; Ministros; o Presidente da Comissão de Economia e de Ordenamento do Território, Deputado do CDS Hélder Amaral; que tinham sido essenciais para encontrar a solução em causa e não o Deputado Clélio Meneses que, aliás, já havia sido presidente da Assembleia Municipal, já se havia candidatado à Câmara Municipal e, no entanto, nunca se tinha comprometido, como havia feito o PS, em arranjar uma solução para as pessoas, apenas se tinha preocupado em procurar explorar os problemas que o PS encontrava pelo caminho. Acrescentou que, tal como naquele caso, iam encontrar problemas/dificuldades na resolução do caso da AUGI do Posto Um, mas iam dar esperança às pessoas, pois queriam encontrar a solução para o problema e aquela posição é que os distinguia na matéria em causa. Disse que, tinha muito orgulho naquela solução, porque tinham sido muitas horas de intenso trabalho jurídico, político e financeiro para a conseguir, sendo que o referido trabalho não se esgotava com aquela deliberação. Informou que, esperava trazer, nas próximas Assembleias Municipais, o Regulamento que ia tratar da transmissão de propriedade da Câmara Municipal para os moradores, tal como havia acontecido com a AUGI das Pedreiras e do Baldio de São Brás.

----- **O Deputado Clélio Meneses** iniciou a sua intervenção dizendo que já não era a primeira que, perante assuntos muito importantes, o Sr. Presidente da Câmara falava do Deputado Clélio Meneses, mas não queria que o Sr. Presidente falasse de si, mas sim das soluções e aquele ataque direto e pessoal, parecia-lhe desadequado e não era para isso que estavam ali. Acrescentou que, parecia que incomodava o facto de ele falar, de dizer o que pensava e que acreditasse no cumprimento dos seus direitos e, sobretudo, deveres de participação política. Relembrou que, na sua intervenção tinha dito, tal como o Sr. Presidente também o tinha dito, que finalmente estava resolvida a situação; que era um momento histórico; que raramente, na história da democracia, o Estado português, fosse qual fosse o partido, tinha tido um cuidado, uma atenção e um reconhecimento da situação da Praia da Vitória e da Base das Lajes; que a solução encontrada já havia sido apontada pelo PSD, tal como outras, numa perspetiva positiva; que os principais vencedores eram os moradores, o que era verdade e reiterava. Posto isso, questionou se era pecado dizer aquilo tudo, se o mesmo era mentira e informou que as pessoas, é que tinham pedido o apoio e a intervenção, isto é, ninguém tinha andado atrás das pessoas e a tentar fazer política, porque isso era nojento, pelo que o apoio tinha sido de uma forma discreta, sem se fazer campanha e tinha sido de acordo com o que era solicitado. De seguida, questionou se incomodava que um partido tomasse uma posição em defesa das pessoas, pois era isso que o PSD tinha feito. Acrescentou que, havia pessoas que se incomodavam com os valores positivos e era isso que estava a evidenciar, pelo que lhe incomodava que o ataque fosse dirigido à sua pessoa por estar a fazer isso mesmo, porque isso não era democracia, não era respeito por ela. Informou que, estranhava a indignação manifestada por todas as suas afirmações e questões, sem que tivesse dito algo ofensivo, que não fosse verdade, que fosse incorreto, que tivesse algum tipo de postura menos correta em termos políticos ou democráticos. Concluiu dizendo que, ia estar, até ao fim do mandato, a defender os interesses dos praienses e daquilo que era

necessário, na sua perspetiva e na perspetiva do PSD, para melhor desenvolver o concelho e para dar melhores condições de vida às pessoas. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que, para que ficasse clara a indignação, o Deputado Clélio Meneses, no meio daquela cátedra toda, ia dizendo umas coisas que não podiam passar em claro, como por exemplo, que os Deputados do PS se haviam rido do assunto, mas isso não era verdade, ninguém se tinha rido do sofrimento dos outros. Acrescentou que, tal como sabia que da bancada do PSD estavam todos a fazer os possíveis para que o problema fosse resolvido, não queria que questionassem que a bancada do PS não estava a fazer a mesma coisa. Relembrou que, tinham estado sempre ao lado do problema e que isso não era recente. De seguida, dirigiu-se ao Deputado Clélio e disse que não lhe reconhecia superioridade moral, nem técnica nenhuma e aquando da discussão na última Assembleia, em que era aquele assunto que estava em causa, este tinha usado do gozo de algumas soluções, como por exemplo do episódio do autocarro, sendo que o que as pessoas menos precisavam era de desunião. Relembrou que, o Deputado Clélio havia estado na cadeira de Presidente da Assembleia e já o problema existia, disse que sabia que todos ficavam embebidos com a cátedra do Deputado, mas para si era apenas mais uma pessoa a tentar destabilizar. Após isso, ouviu-se vários desacatos na sala e o Deputado Valter Peres pediu desculpa e autorização para continuar. Após isso, disse que era claro que aquele era um problema complicado e que tinha sido resolvido, pelo que dava os parabéns ao atual executivo por isso. Concluiu dizendo que o que interessava era, e isso já o havia dito, que o problema tinha sido resolvido na sua contemporaneidade e não interessava quem havia começado ou quem havia acabado, mas sim que se estava a resolver. Pediu desculpas pelo seu tom mais exaltado e justificou o mesmo dizendo que não queria se colocasse em causa que o grupo municipal do PS não estava ali, verdadeiramente, para as pessoas, para tentar resolver o problema destas. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** interveio e disse que, quando o Deputado Clélio Meneses usava da palavra, aplicava termos como “nojento” e relembrou a forma como este se tinha referido ao episódio do autocarro. Disse que, era verdade que, em dois mil e um, quando as pessoas tinham procurado a Câmara Municipal, o Dr. Roberto Monteiro tinha prometido ajudar as mesmas, tal como ele havia prometido no pouco tempo de mandato, mas se o Dr. Roberto Monteiro tivesse dado a mesma resposta que a Câmara anterior, enquanto o Deputado Clélio Meneses era presidente da Assembleia Municipal, nunca estariam ali a resolver o assunto e o que os diferenciava era isso, ou seja, tinham absorvido o problema. Esclareceu que, o Deputado Clélio Meneses tinha o direito de colocar todas as questões, mas o que havia dito era que este trabalhava na exploração da audiência, pois nunca havia perguntado como se ia passar no caso das Pedreiras, não estava preocupado com o caso da AUGI do Posto Um, nem com a legalização da zona de Baldio de São Brás, que também eram problemas que não tinham começado naquele momento. Concluiu dizendo que, se houvesse mais alguma questão sobre a minuta, responderia, caso contrário estariam a entrar noutro tipo de debate que já estava, claramente, esclarecido e, posto isso, relembraria as condições presentes na minuta. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que, lamentava, de forma profunda e frontal, a forma como algumas pessoas se dirigiam à sua pessoa naquela Assembleia, pois não era para isso que ali estava, nem qualquer um dos presentes. Disse que, se tinha referido ao momento histórico, à importância de se resolver a situação, à solução, ao caso em concreto e às pessoas e percebia que alguns ficasse incomodados com isso, mas aquilo não era fazer política, era outra coisa na qual não se metia. Em relação à questão do sorrir, disse que quando interveio tinha havido pessoas a sorrir e isso era evidente, já tinha feito nota disso, exatamente, para mostrar que aquele não era o caminho. De seguida, dirigiu-se ao Sr. Presidente e mencionou que dizer-se que ele trabalhava na exploração das pessoas era inadmissível, repudiava e raiava a ofensa pessoal, pelo que não admitia e rejeitava terminantemente, uma vez que ninguém era superior moral a ninguém, muito menos alguém tinha o poder de atacar uma pessoa dizendo que estava explorava o sofrimento dos outros. Acrescentou que, as suas palavras sobre o sofrimento das pessoas, não eram diferentes, nem piores do que as palavras de dor do Deputado Valter Peres e ninguém estava ali a fazer política com as pessoas, como se queria fazer crer, nem tinha tido a preocupação de dizer que o assunto se tinha resolvido por sua causa, na mesma medida que não tinha tido a preocupação de dizer que não se havia resolvido por causa dele, conforme alguns dos presentes já tinham tido a preocupação de chegar junto aos moradores, preocupados com a sua imagem pessoal e com os votos das pessoas, para dizer que não tinha sido o Deputado Clélio Meneses que tinha ajudado a resolver o problema, mas isso não lhe interessava, o que lhe interessava era que a situação se resolvesse. Disse que, essas atitudes é que eram atitudes de política baixa, a troca do voto pelo favor e disse que, obviamente, aquela situação o preocupava mais do que as outras, porque nas outras situações não tinha havido ações de despejo e pessoas na rua. Informou que, nunca tinha prometido nada às pessoas e tinha sido presidente da Assembleia Municipal, há mais de doze anos, com muita honra e exercendo as suas competências de acordo com os poderes que tinha, pelo que tinha passado mais de doze anos e tinha havido quem que prometesse e não resolveu. Informou que, não tinha prometido porque o processo político, naquela altura, era diferente, isto é, não havia despejos, etc., pelo que, apagar doze anos, apenas e só, com o intuito direto e personalizado de ataque pessoal, era nojento, sendo que sabia que a palavra era forte e tinha consciência da mesma. Concluiu dizendo que, infelizmente, uma das duas perguntas que tinha feito, ou seja, o que se ia passar com os desalojados, ao fim de quase uma hora de debate sobre a matéria, não havia obtido uma. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, essa situação já havia sido transmitida aos moradores. De seguida, e relativamente ao assunto em causa, repetiu que a prioridade era fechar a aquisição das habitações, sobre todos os outros processos, sendo que os processos de voltar às casas, e estavam a falar de processos completamente diferentes, porque havia pessoas que já tinham sido desalojadas antes, havia casas que, entretanto, tinham sido vandalizadas e era preciso estar regulamentado para se poder apoiar as mesmas, pelo que enquanto não tivessem a referida aquisição e regulamentação, não podiam dar apoio a habitações ilegais. Informou que, as pessoas podiam voltar às casas que estavam em condições, que todas as questões jurídicas,

derivadas do acordo, e todas as ações que estavam em Tribunal estavam a cair, pelo que esse trabalho vinha sendo feito e ia ser terminado até ao final de março. Concluiu solicitando à Assembleia que desse o seu contributo, aprovando a proposta de minuta em causa, para poderem efetivar a escritura.

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse achar que já tinha havido um avanço na resposta dada pelo Sr. Presidente, isto é, que só em março é que se podia resolver a questão dos desalojados, porque havia questões diferentes umas das outras. Relembrou a sua anterior pergunta, ou seja, se no âmbito do processo negocial, existia algum acordo com os proprietários, para que os desalojados/despejados, pudessem regressar às casas, tendo em conta que alguns já o haviam feito, bem como saber se havia algum acordo/garantia que o podiam fazer, e disse que a mesma continuava sem resposta.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, a partir do momento em que o acordo tinha sido fechado, não havia mais ações de despejo, nem mais ações em Tribunal, ou seja, os proprietários dos terrenos não iam ter qualquer ação sobre os moradores, pelo que os moradores podiam regressar às casas que estavam em condições, mas os casos em que as casas que não estavam em condições, para que as pessoas pudessem regressar era necessário que se fechasse um conjunto alargado de apoios e a Câmara Municipal não podia apoiar casas ilegais, para isso era necessário legalizar as mesmas, ou seja, nesses casos era necessário aguardar mais algum tempo até haver todas as condições para que os moradores regressassem às casas.

----- **O Deputado Paulo Luís** usou da palavra para informar que se considerava impedido na votação do ponto onze, uma vez que, profissionalmente havia participado na auscultação dos financiamentos.

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade, com o respetivo impedimento do Deputado Paulo Luís.**

----- **12. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA DOS TRÊS PRÉDIOS RÚSTICOS SITOS NO CAMINHO DO FACHO DE SANTA RITA.**

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior.

----- **Submetido à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**

----- **13. APRESENTAÇÃO DO OFÍCIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DIRIGIDO AO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, RELATIVO AO LOCAL DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA.**

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto.

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que a Biblioteca, efetivamente, precisava de mais instalações para ampliação das suas atividades e contava que, por parte da Assembleia Municipal na transição para as novas instalações, houvesse o

cuidado de reformular a disposição interna, para conferir um pouco mais de dignidade à mesma, nomeadamente a localização da Mesa da Assembleia.-----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra para sugerir, caso existissem as condições técnicas, que se utilizassem as novas tecnologias para a transmissão das sessões da Assembleia Municipal.-----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que o PSD também apreciava, positivamente aquela mudança, sendo certo que havia uma curiosidade irónica, ou seja, tinham começado a Ordem de Trabalhos com a passagem do edifício da Academia da Juventude para o perímetro municipal e terminavam-na a reunir o principal órgão do município, naquele mesmo espaço. Acrescentou que, lhe parecia que existiam condições, no futuro espaço, para, de uma forma digna, exercerem as suas funções e reiterava, de uma forma convicta, o desafio feito pelo Deputado Luís Leal, pois era uma forma de aproximar as pessoas e destas saberem o que se passava.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** interveio dizendo desejar que a mudança decorresse da melhor forma, sendo que ainda não tinha tido a oportunidade de debater o assunto com o presidente da Assembleia Municipal, mas um dos objetivo era que, na transição, fossem dadas as melhores condições físicas e de trabalho à Assembleia Municipal, mas isso não dependia apenas da Câmara Municipal, era uma decisão da Assembleia Municipal.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.**-----

----- Terminados os trabalhos, eram catorze horas e trinta minutos, e não havendo mais nada a tratar, a **Presidente da Mesa, em exercício** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da primeira sessão extraordinária do ano de dois mil e dezoito, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.-----

Ass: _____

Ass: _____